

## PROCESSO ELETRÔNICO

# Paraná adia implantação do PJe-JT. Em SC, mais uma versão

A visita ao TRT-SC do juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, coordenador do Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o PJe de 1º grau, do CSJT, nesta sexta-feira, foi antecedida de uma importante notícia que reforça o entendimento do SINTRAJUSC sobre o sistema.

A pedido do TRT-PR, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, presidente do Conselho, dilatou o prazo para a retomada da implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho do Paraná.

A prorrogação, segundo notícia publicada no site do Tribunal, havia sido solicitada em visita ao TST, pela Presidência do TRT-PR, sensível aos relatos de magistrados, servidores e advogados quanto aos embaraços enfrentados no uso do PJe-JT, no seu atual estágio de desenvolvimento.

Segundo o site, “para a direção do Tribunal paranaense, o adiamento do prazo permitirá viabilizar a estratégia

regional de assegurar maior efetividade com menor impacto na migração para o PJe-JT. Informações técnicas recebidas até o momento indicam que a futura versão 1.4.9 colocará o PJe-JT em estágio evolutivo equivalente ao sistema processual nativo do TRT-PR”.

O prazo de implantação, que terminaria em 3 de fevereiro, será agora de até 60 dias após a disponibilização da versão 1.4.9, atualmente em desenvolvimento.

Vale lembrar que o juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior vem a SC fazer uma exposição da nova versão (1.4.8), que ainda não entrou em operação, e o Paraná vai aguardar até a implantação da versão 1.4.9.

### **Ponto do PJe-JT sai de sessão do Pleno**

Na segunda-feira, 10, o Requerimento do SINTRAJUSC que pede a imediata suspensão do PJe-JT em Santa

Catarina até que o sistema ofereça melhores condições de operabilidade pelos usuários estaria na pauta do Pleno do TRT-SC, conforme o SINTRAJUSC já vinha anunciando desde janeiro.

A expectativa era que os magistrados teriam o entendimento que a Presidência do TRT-PR teve em relação ao PJe-JT, marcando posição em defesa de seu próprio sistema até que o do CSJT ofereça plenas condições de uso. Parabéns ao Tribunal do Paraná.

Mas, nesta quinta-feira, o Sindicato teve a informação de que o ponto será retirado da pauta porque o relator não estará na sessão.

O SINTRAJUSC já havia convidado a OAB-SC e a Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas (ACAT) a acompanharem o julgamento do ponto do Sindicato, visto que os advogados também enfrentam problemas com o PJe-JT. A OAB-SC divul-

**HOJE TEM ASSEMBLEIA, ÀS 13H30,  
NA RAMPA DO TRT. PARTICIPE!**

gou em seu site um texto intitulado “OAB/SC denuncia caos na implantação do processo eletrônico nos Tribunais”: “Milhares de advogados reclamam da instabilidade do sistema e a forma açodada com que vem sendo feita a transição de um modelo para outro, causando sérios problemas, como a perda dos prazos processuais”. “Estamos no meio do caos”, disse o presidente da entidade, Tullo Cavallazzi Filho, que no início de fevereiro reiterou o pedido de suspensão do PJe-JT e do sistema eletrônico do Tribunal de Justiça

(eSAJ). Este é, atualmente, o maior desafio para os advogados de todo o país, disse ele, para quem o processo eletrônico é necessário e irreversível, mas precisa ser feito de maneira gradual.

As queixas dos advogados incluem instabilidade constante do sistema, falhas na intimação das partes, regras diferentes nos tribunais, entre outras. Em Santa Catarina, a OAB-SC vem buscando uma solução negociada, mas não abre mão da suspensão do cronograma de implantação. “Tem que suspender a instalação em novas comarcas e aceitar também o peticionamento em

papel, até que tudo esteja funcionando perfeitamente”, disse o presidente. *Com informações da OAB-SC*

### Assembleia às 13h30

O TRT-SC mudou o horário da exposição do juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, que seria às 14 horas e foi antecedida para às 13 horas. Reiteramos que, apesar da mudança, será mantida a Assembleia das 13h30, na rampa do TRT, e possivelmente também seu caráter permanente em função da mobilização que irá requerer a Campanha Salarial 2014.

## Servidores federais aumentam pressão para governo abrir negociação salarial

Na quarta-feira, dia 5, servidores públicos federais de todo Brasil estiveram no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para o lançamento nacional da campanha salarial unificada de 2014 e para cobrar a realização de audiência com a ministra Miriam Belchior, com o objetivo de negociar a pauta de reivindicações protocolada junto ao governo desde 23 de janeiro. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais realiza Reunião Ampliada, nesta sexta-feira, 7, às 10 horas. Na pauta a discussão o calendário das próximas atividades da campanha salarial 2014.

Durante a manifestação desta quarta-feira - que teve a participação de representante do SINTRAJUSC -, depois de muita pressão dos servidores para que a ministra desse uma satisfação à categoria, uma comissão formada por 13 enti-

dades nacionais – entre elas a Fenajupe – foi recebida pelo secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça e pelo Secretário Executivo do MPOG, André Bucar.

Os representantes dos servidores reiteraram o pedido de resposta à pauta de reivindicações já protocolada no MPOG e insistiram para que o governo reabra as negociações com os servidores. Os representantes do governo afirmaram que têm um acordo firmado em 2012 com servidores, ainda em cumprimento, e que o governo não teria cessado interlocuções, estando em pleno funcionamento os grupos de trabalho junto aos ministérios.

Disseram ainda que servidores teriam recebido reestruturação de salários desde início do governo Lula, até agora em patamar muito superior às perdas inflacionários que eventualmente fossem devidas à título de data base, mas ao final, pressionados pelos servidores de que este será um ano atípi-

co, com a realização de copa do mundo e eleições gerais no país, afirmaram que o governo compromete-se a responder formalmente os oito pontos da pauta de reivindicações até o Carnaval e disseram que vão intermediar a construção de uma reunião com a ministra Miriam Belchior.

Os servidores cobram uma atuação diferente do governo Dilma/PT no trato de sua pauta, assegurando espaço de negociação efetiva desde já, pois a persistir a política de congelamento e o desrespeito à data base, a preparação de Greve conjunta de todo o funcionalismo tende a se acelerar.

Vários setores já discutem com sua base um calendário de paralisação. como ocorre com a Condesf (carreiras do executivo), a FasuBra (técnicos-administrativos das universidades) e o Sinasefe (servidores dos Institutos Federais), que indicam início da greve para o mês de março.

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc